



juizado itinerante

Desde que o Tribunal de Justiça criou o atendimento itinerante, em 1998, mais de 10.500 processos foram solucionados, 80% deles por conciliação

bairros, 450 anos, que contém histórias e curiosidades de bairros resgatadas pelo jornalista Levino Ponciano. Também está nas livrarias desde abril *De São Paulo: cinco crônicas de Mário de Andrade (1920-1921)*, com comentários da professora Telê Ancona Lopez sobre a produção jornalística do escritor que batizou a cidade como “Paulicéia desvairada”.

A obra recupera textos escritos por Mário para a extinta revista carioca *Ilustração Brasileira*, meses antes da Semana de 22. Além de inéditas em livro, as crônicas marcam o começo da militância liderada pelo poeta contra as manifestações artísticas da

época e prestam uma homenagem à cidade. “É intuito meu explicar a enigmática cidade que a todos os que não a observem amorosamente ou lhe queiram bem guarda-se num mutismo de desdém ou se entreabre num gesto de agressão”, escreveu Mário.

No mesmo caminho trilhado pelo Senac-SP caminhou a Paz e Terra. Na metade de 2003, a editora inaugurou a coleção São Paulo, cujo objetivo, pelo menos *a priori*, era reeditar clássicos sobre a história da cidade, como *São Paulo nos primeiros anos*, *São Paulo no século 16* ou *São Paulo de meus amores*. No entanto, devido à insistente busca de leitores por uma obra completa, a organizadora da coleção, Paula Porta, decidiu mudar a estratégia: pretende publicar ainda este

Jânio Quadros, um dos paulistas biografados, não é tratado com maniqueísmos que o satanizam

ano *História da cidade de São Paulo*, uma série de três volumes totalizando 1.800 páginas, com textos de especialistas, pesquisadores e historiadores. “A idéia é fazer uma síntese do conhecimento acumulado sobre a cidade e atualizar essas informações”, diz Paula, que atualmente coordena a área de cultura do Comitê São Paulo 450 Anos.

Para aqueles que pretendem conhecer um pouco melhor os meandros de São Paulo, livros de fotografia em homenagem à cidade podem ajudar. É o caso de *Cenas urbanas*, do alemão Hildegard Rosenthal, publicado pelo Instituto Moreira Sales. O trabalho, iniciado pelo fotógrafo na chega-

da ao Brasil, em 1937, transforma-se em uma obra de história ao passo que retrata a capital paulista dos anos 40. O registro não se limita a paisagens da cidade, mas abrange os tipos humanos que compunham a área à qual se convencionou chamar por Centro Velho.

Se essa região é hoje conhecida como exemplo de degradação urbana, coube ao fotógrafo Eduardo Castanho a árdua missão de recuperar os dias de glória do centro. No livro *São Paulo – Cores e sentimentos*, Castanho convida o leitor a um passeio imaginário pela cidade em que reside desde os 10 anos. Na lente do fotógrafo, hoje com 51, paisagens desgastadas como a Praça da República ganham contornos otimistas. ☘

da ao Brasil, em 1937, transforma-se em uma obra de história ao passo que retrata a capital paulista dos anos 40. O registro não se limita a paisagens da cidade, mas abrange os tipos humanos que compunham a área à qual se convencionou chamar por Centro Velho.

Se essa região é hoje conhecida como exemplo de degradação urbana, coube ao fotógrafo Eduardo Castanho a árdua missão de recuperar os dias de glória do centro. No livro *São Paulo – Cores e sentimentos*, Castanho convida o leitor a um passeio imaginário pela cidade em que reside desde os 10 anos. Na lente do fotógrafo, hoje com 51, paisagens desgastadas como a Praça da República ganham contornos otimistas. ☘

Se essa região é hoje conhecida como exemplo de degradação urbana, coube ao fotógrafo Eduardo Castanho a árdua missão de recuperar os dias de glória do centro. No livro *São Paulo – Cores e sentimentos*, Castanho convida o leitor a um passeio imaginário pela cidade em que reside desde os 10 anos. Na lente do fotógrafo, hoje com 51, paisagens desgastadas como a Praça da República ganham contornos otimistas. ☘

Se essa região é hoje conhecida como exemplo de degradação urbana, coube ao fotógrafo Eduardo Castanho a árdua missão de recuperar os dias de glória do centro. No livro *São Paulo – Cores e sentimentos*, Castanho convida o leitor a um passeio imaginário pela cidade em que reside desde os 10 anos. Na lente do fotógrafo, hoje com 51, paisagens desgastadas como a Praça da República ganham contornos otimistas. ☘

POR VANESSA BARBARA

“Não tem como dar uma força, gente fina?” – assim começa a quarta-feira no trailer do Juizado Itinerante. O homem, funcionário público, aproxima-se do escrevente e fala em voz baixa. “É que eu quero suspender a pensão da minha filha, que já é de maior, e sabe como é. Tudo tão lento, complic...” Ligeiro, o escrevente Antonio Lima de Freitas interrompe e diz, com jeito de advogado: “O senhor está me pedindo para cometer o crime de pre-va-ri-ca-ção, que é conceder benefícios a terceiros contra a disposição da lei, praticando indevidamente a minha função; o senhor me desculpe mas posso ser preso por isso”. Sem jeito, o homem muda de assunto, ensaia um sorriso desconfortável e vai embora. Fica o comentário de um dos escreventes: “Ééé, cada uma...”

Pedidos como esse não são raros no trailer de atendimento inicial do Juizado Itinerante Permanente do Tribunal de Justiça do Estado, que circula pelos bairros da capital atendendo causas de pequena complexidade (até 40 salários mínimos). Diariamente, cerca de 20 pessoas dão entrada a processos e 80 recebem orientação jurídica – na Estação da Luz, chegaram a ser registrados 350 atendimentos em um só dia. Já na Freguesia do Ó, onde a Justiça sobre rodas estacionou na primeira semana de dezembro, menos de 20 cidadãos foram pedir informações à equipe do Tribunal.

“O problema, doutor, é que eu tô desempregado”, diz um

senhor de chinelo de dedo, quase aos sussurros. “Daí não posso pagar os 250 reais do aluguel. Tem como negociar na Justiça?” O agente de fiscalização Wanderley responde que não: a negociação é feita diretamente com o proprietário. “E o senhor vê”, o outro continua, “ele também precisa do dinheiro”. Calado, Wanderley procura telefones úteis em uma prancheta cheia de coisas (endereços de órgãos públicos, ONGs, Procon, setores da OAB) e ouve a história do homem. Mulher, cinco filhos, alimentam-se com o leite em pó recebido na escola das crianças. Pergunta se ele chegou a se inscrever nos programas da Prefeitura. “Tudo, tudo, Renda Mínima, Força-Trabalho, fui no Poupatempo. Não temos nem móvel, mas pelo menos a gente tem casa, um chão pra dormir sossegado. Tinha, né? Agora não sei”. O funcionário tenta confortar o homem, mas não há muito a fazer. Antes de ir embora, o cidadão completa: “O senhor vê, eu podia tá roubando. Mas a gente é honesto, né, excelência”.

Uma equipe bem treinada

No trailer de atendimento inicial trabalham um policial militar, o motorista do veículo e mais três pessoas. São dois escreventes técnicos judiciais e um oficial de fiscalização, verdadeiros “doutores” e “excelências” que atendem o público em mesas de plástico sob a sombra de um trailer que mais parece vendinha de cachorro-quente.

Naquela tarde, em frente à subprefeitura da Freguesia do Ó, o sol fritava as cadeiras e ninguém vinha procurar a Justiça. Sentado em frente ao trailer, Toninho contava piadas e vendia purificadores de água para a colega Fabiana, por falta do que fazer. “Você sabe que a água consumida em sua casa possui mercúrio e mais uma dezena de metais pesados que fazem mal à saúde da sua família?”, brinca o ex-vendedor. “E não é só isso!”, exclama, antes de ser interrompido por um rapaz que queria cancelar um plano de previdência privada e um casal tímido que pedia orientação para abrir processo contra a Caixa Econômica Federal (órgãos públicos estão fora da competência dos Juizados Especiais Cíveis, explica a escrevente Alcione Rocha da Cruz, fornecendo em seguida uma série de informações). “Não atende esses aí, não!”, grita um amigo maldoso, do outro lado do estacionamento, ao ver o casal cercado de oficiais de justiça. “Iiiiih seu juiz, o caso desses dois... Só em cana, mesmo!”

Dadas as orientações necessárias, o casal agradece e mais algumas horas se passam. O atendimento do Itinerante é das 10 às 16h; e, enquanto o expediente não acaba, Toninho conta sua saga como gerente de uma franquia de panquecas e Fabiana confessa que naquele dia – 2 de dezembro – era seu aniversário de 30 anos. As congratulações e previsões astrológicas de Toninho são interrompidas com a chegada de uma moça que pretendia abrir ação contra uma companhia telefônica. “Já tirei xerox de tudo, só tem um problema: não consegui o endereço da firma”. O escrevente dá risada e recita – de um fôlego só – o nome da rua, número, CEP e razão social da empresa, completando: “Imagina quantos processos a empresa tem nas costas.”

Quando o problema rende a abertura de ação, a pessoa é convidada a entrar no veículo com as cópias dos documentos necessários. Vai se esgueirando pelo corredor apertado, dá dois passos (miúdos) e chega à sala onde trabalham

os dois escreventes em meio a *notebooks*, pilhas de papéis, guias telefônicos e impressoras. Os cidadãos são orientados a não abrir os braços com muito ânimo, sob o risco de esbarrar em alguém ou se enroscar nos fios, dada a exigüidade do espaço.

João, morador do Imirim, entrou no trailer para abrir um processo contra certo motorista que bateu em seu carro e não queria ressarcir os danos. Tenta se ajeitar na cadeira, vira pra cá, bota mais pra lá, olha pra trás, mas não adianta – tudo é grudado no chão, para não sair do lugar quando o veículo se move. Assim espremido, vai contando o caso para Alcione, que digita cuidadosamente os dados no *notebook* – o carro do sujeito foi reto na maior velocidade, direto, e bateu com tudo no Uno de seu filho. “Nossa, sem noção”, murmura um dos escreventes, distraído. Na mesma sala, naquele instante, outro senhor abria ação contra uma empresa de alarmes. O aparelho foi instalado na parede da garagem mas é temperamental (às vezes funciona, às vezes não). “Dependendo da posição em que você entra em casa, ele toca. Se você passar assim, meio de ladinho, ou então agachado, ele nem se manifesta”. Todos dão risada; o alarme está há meses enfeitando a parede, como um quadro. Mesmo após semanas de insistência, o técnico sempre fica de ir consertá-lo mas nunca aparece. “Hoje em dia, ninguém faz nada se não for obrigado pela Justiça”, observa João, enquanto organiza os papéis e agradece a Alcione.

Acesso rápido à justiça

Quarenta minutos é o tempo máximo que se leva para dar entrada no processo, embora 15 minutos seja a duração média (“não tem muito que enfeitar o pavão”, explica o escrevente Ricardo Nepomuceno sobre a redação do pedido). O cidadão já sai do veículo com a data da audiência

marcada, em geral dali a três ou quatro meses – quando um segundo trailer retorna à região para efetuar as audiências. O juiz Marcos Blank Gonçalves explica que, desde o início deste ano, as audiências são bipartidas: a primeira de conciliação (realizada por serventuários ou conciliadores) e a segunda, no caso da impossibilidade de acordo, de instrução e julgamento (presidida por Juizes de Direito).

Desde que o Tribunal de Justiça criou o Itinerante, em 1998, mais de 10.500 processos foram solucionados, 80% deles por conciliação; ou seja, bastava um mediador imparcial para que a questão fosse solucionada. Os números parecem confirmar a eficiência do serviço em atender um de seus objetivos: o de resolver causas menos complexas de forma mais simples e rápida, sem sobrecarregar os demais juizados.

Em entrevista para a edição de março de 2004 desta revista, o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Luiz Elias Tâmbara, falou sobre o anseio da população por uma resposta rápida do Judiciário e destacou a importância da informalidade e da rapidez na resolução de conflitos. “Devemos descomplicar, simplificar ao máximo”, declarou o presidente, alegando estar empenhado em “levar a Justiça aonde o cidadão está, lá na periferia, e não fazer o cidadão subir as escadarias do Palácio da Justiça”.

O presidente do Judiciário se refere a outra importante característica do Juizado Itinerante: a escolha dos bairros para onde se realiza o deslocamento do Poder Judiciário, em geral localidades carentes de serviços e com a população sem conhecimento quanto a seus direitos de cidadão. Dessa maneira, o serviço pretende conscientizar a população e possibilitar “a efetiva prestação da tutela jurisdicional a demandas que antes ficavam à margem do Estado-Juiz”, como afirma o dr. Marcos Blank. “A proximidade com os jurisdicionados facilita a solução dos conflitos e o alcance da paz social, permitindo o amplo acesso à Justiça”.

Apesar de seus tantos pontos positivos, não se pode aceitar os Juizados Itinerantes como algo definitivo, observa o dr. José Eduardo Faria, professor de Sociologia Jurídica da Universidade de São Paulo. De acordo com Faria, os Itinerantes são fruto da criatividade de alguns setores da magistratura, diante da escassez generalizada de recursos e da disciplina fiscal a que o poder público foi submetido. “Eles servem não apenas para neutralizar parte da demanda reprimida de soluções judiciais, por parte da sociedade, como também para dar a idéia de que o Estado, por meio de um de seus braços, está presente em todas as regiões do país. Ora, todos nós sabemos que isso

não é verdade: as periferias metropolitanas permanecem sendo tratadas a pão e água e continuam aumentando, inchando e explodindo, com a proliferação de conflitos corriqueiros, por um lado, e o advento de novos tipos de litígio.” Para ele, os Juizados Itinerantes só abarcam pequena parte dessa rede de conflitos.

Não há como negar o papel pedagógico do serviço. Faria, no entanto, aponta um paradoxo: se é certo que os juizados ajudam a despertar a consciência cívica dos cidadãos, levando-os a tomar consciência de seus direitos mais elementares, também é verdade que, quando esses cidadãos assumem a iniciativa de defender o que é seu, acabam encontrando um aparato judicial ineficiente, sobrecarregado e moroso. Ou seja, percebem que o serviço é uma solução improvisada para a defesa de seus direitos.

Também a pesquisadora Jacqueline Sinhoretto, doutoranda em Sociologia pela Universidade de São Paulo, concorda que os Itinerantes são um arranjo provisório à insuficiência de recursos para ampliar as representações geográficas do Poder Judiciário, ou seja, uma maneira de estender serviços mínimos a regiões que não estão incluídas entre as prioridades de alocação de recursos. “A existência do Juizado Itinerante é um testemunho da desigualdade de acesso à Justiça, em que as populações e áreas geográficas estão separadas hierarquicamente”, declara.

Sinhoretto considera que o Juizado Itinerante só poderia vir a significar um incremento da cidadania na medida em que fosse pensado no âmbito de um projeto muito maior de garantia da igualdade de acesso à Justiça – independentemente da condição econômica, cultural ou local de residência. “Por enquanto, é indicativo da existência de uma desigualdade jurídica, contribuindo inclusive para a deslegitimação dos mecanismos estatais de administração de conflitos, favorecendo soluções extraleais.

Segundo o prof. José Eduardo Faria, em hipótese nenhuma a Justiça Estadual deve deixar de lado a política de descentralização adotada há tempos, ainda que não tenha recursos suficientes para desenvolvê-la. Para ele, a responsabilidade tem de ser repartida com o Poder Executivo, que deveria investir muito mais na expansão e descentralização das defensorias públicas e da assistência judiciária. Caso contrário, a população de baixa renda se afastará cada vez mais, apelando para pseudodefensores do consumidor, recorrendo a líderes comunitários, submetendo-se à lei do mais forte, caindo no conformismo ou descobrindo mecanismos de autocomposição de interesses. ¶

Colaborou: Solange Cavalcante

